

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	04/05/2016	Dividendo	31/12/2016	Ordinária		0,92605
Assembléia Geral Ordinária	04/05/2016	Dividendo	31/12/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,92605
Assembléia Geral Ordinária	04/05/2016	Dividendo	31/12/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,92605

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	4.532.264	4.609.720
1.01	Ativo Circulante	1.496.115	1.566.458
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	168.969	57.230
1.01.02	Aplicações Financeiras	29.593	7.262
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	29.593	7.262
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	29.593	7.262
1.01.03	Contas a Receber	1.221.205	1.427.621
1.01.03.01	Clientes	748.385	743.929
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionárias	840.340	829.130
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-121.559	-113.587
1.01.03.01.03	Partes relacionadas	64	78
1.01.03.01.04	Consumidores Baixa Renda	29.540	28.308
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	472.820	683.692
1.01.03.02.02	Serviços em Curso	57.898	55.982
1.01.03.02.03	Cauções e Depósitos	24.843	24.888
1.01.03.02.05	Outros Créditos	85.885	109.732
1.01.03.02.08	Subvenção CDE - desconto tarifário	153.613	259.489
1.01.03.02.09	Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	147.917	230.445
1.01.03.02.10	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	2.664	3.156
1.01.06	Tributos a Recuperar	76.348	74.345
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	76.348	74.345
1.01.06.01.01	Tributos a Compensar	76.348	74.345
1.02	Ativo Não Circulante	3.036.149	3.043.262
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.186.157	1.239.531
1.02.01.03	Contas a Receber	4.288	10.845
1.02.01.03.01	Clientes	29.769	27.875
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	-25.481	-17.030
1.02.01.06	Tributos Diferidos	105.040	111.238
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	105.040	111.238
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.076.829	1.117.448
1.02.01.09.03	Depósitos vinculados a Litígios	42.881	41.844
1.02.01.09.04	Cauções e depósitos	27.411	25.575
1.02.01.09.05	Benefício fiscal	54.765	56.606
1.02.01.09.06	Ativo indenizável (concessao)	919.226	889.932
1.02.01.09.08	Tributos a compensar	30.162	28.841
1.02.01.09.09	Outros Créditos	1.424	1.424
1.02.01.09.10	Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	960	73.226
1.02.03	Imobilizado	54.511	55.487
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	54.511	55.487
1.02.04	Intangível	1.795.481	1.748.244
1.02.04.01	Intangíveis	1.795.481	1.748.244
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.714.194	1.665.647
1.02.04.01.02	Softwares	81.287	82.597

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	4.532.264	4.609.720
2.01	Passivo Circulante	1.258.855	1.357.339
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.748	36.746
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	37.748	36.746
2.01.02	Fornecedores	349.556	511.155
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	349.556	511.155
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	244.348	384.795
2.01.02.01.02	Partes Relacionadas	105.208	126.360
2.01.03	Obrigações Fiscais	111.522	117.563
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.873	33.236
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	80.196	83.227
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.453	1.100
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	415.300	395.797
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	212.512	205.505
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	212.317	205.407
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	195	98
2.01.04.02	Debêntures	202.788	190.292
2.01.04.02.01	Debentures	202.788	190.292
2.01.05	Outras Obrigações	303.680	247.589
2.01.05.02	Outros	303.680	247.589
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	72.667	72.667
2.01.05.02.04	Subvenção CDE	10.662	0
2.01.05.02.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	1.668	2.040
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	34.281	32.260
2.01.05.02.11	Taxas Regulamentares	184.402	140.622
2.01.06	Provisões	41.049	48.489
2.01.06.02	Outras Provisões	41.049	48.489
2.01.06.02.05	Provisões Luz para Todos	41.049	48.489
2.02	Passivo Não Circulante	1.187.387	1.247.334
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	841.219	901.531
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	570.900	638.933
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	561.019	628.091
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.881	10.842
2.02.01.02	Debêntures	270.319	262.598
2.02.01.02.01	Debentures	270.319	262.598
2.02.02	Outras Obrigações	165.546	156.997
2.02.02.02	Outros	165.546	156.997
2.02.02.02.03	Fornecedores	7.006	6.765
2.02.02.02.04	Tributos a Pagar	13.823	14.135
2.02.02.02.05	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	85.475	85.396
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	59.242	50.701
2.02.04	Provisões	180.622	188.806
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	180.622	188.806
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.000	1.971
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	42.716	39.275
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	83.949	78.580

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	51.957	68.980
2.03	Patrimônio Líquido	2.086.022	2.005.047
2.03.01	Capital Social Realizado	442.946	442.946
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	1.201.730	1.201.730
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	562.375	562.375
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	590.510	590.510
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	81.763	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	912	1.700

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	862.279	1.089.801
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-693.147	-862.637
3.03	Resultado Bruto	169.132	227.164
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-42.091	-40.883
3.04.01	Despesas com Vendas	-16.717	-7.886
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.530	-32.390
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-844	-607
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	127.041	186.281
3.06	Resultado Financeiro	-23.761	-25.394
3.06.01	Receitas Financeiras	43.240	36.137
3.06.02	Despesas Financeiras	-67.001	-61.531
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	103.280	160.887
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.517	-29.339
3.08.01	Corrente	-14.913	-27.644
3.08.02	Diferido	-6.604	-1.695
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	81.763	131.548
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	81.763	131.548
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,05020	1,68965
3.99.01.02	PNA	1,15521	1,85863
3.99.01.03	PNB	1,11321	1,79108
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,05020	1,68965
3.99.02.02	PNA	1,15521	1,85863
3.99.02.03	PNB	1,11321	1,79108

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	81.763	131.548
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-788	283
4.03	Resultado Abrangente do Período	80.975	131.831

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	310.481	35.617
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	184.269	227.828
6.01.01.01	Lucro líquido do período	81.763	131.548
6.01.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.423	6.543
6.01.01.04	Amortização e depreciação	41.608	38.331
6.01.01.05	Variações monetárias e juros líquidos	35.955	43.931
6.01.01.06	Valor residual de ativo intangível	-300	4.550
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	6.604	1.695
6.01.01.08	Provisões e atualizações monetárias para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11.738	14.630
6.01.01.09	Benefício fiscal ágio incorporado	1.842	2.011
6.01.01.10	Obrigações com benefícios pós-emprego	3.266	2.371
6.01.01.11	P&D e eficiência energética	11.738	8.791
6.01.01.12	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	-1.307	-11.426
6.01.01.13	Receita de Ativo Idenizável	-25.061	-15.147
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	126.212	-192.211
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-14.322	-155.916
6.01.02.02	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	83.955	-16.597
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	112.536	-15.952
6.01.02.04	Tributos a compensar	-3.324	6.479
6.01.02.07	Cauções e depósitos	-1.791	-2.603
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	-1.037	-5.036
6.01.02.09	Outros créditos	21.931	23.645
6.01.02.10	Fornecedores	-89.212	-24.332
6.01.02.11	Folha de pagamento	1.002	1.959
6.01.02.12	Obrigações fiscais	-5.528	45.845
6.01.02.13	Taxas regulamentares	43.780	11.416
6.01.02.15	Obrigações com benefícios pós-emprego	-3.560	-7.145
6.01.02.17	Pagamento das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-19.922	-10.504
6.01.02.19	Repasse CDE	10.662	-22.295
6.01.02.20	Outras Obrigações	-8.958	-21.175
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-114.139	-41.093
6.02.01	Aplicações no intangível e imobilizado	-91.808	-38.910
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	-22.331	-2.183
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-84.603	-30.579
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-66.472	-15.382
6.03.03	Pagamentos de juros de empréstimos	-17.306	-15.197
6.03.04	Parcelamento especial	-825	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	111.739	-36.055
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	57.230	180.434
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	168.969	144.379

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	442.946	358.671	1.201.730	0	1.700	2.005.047
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	442.946	358.671	1.201.730	0	1.700	2.005.047
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	81.763	-788	80.975
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	81.763	0	81.763
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-788	-788
5.05.02.06	Perda com Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	0	0	0	0	-1.194	-1.194
5.05.02.07	Tributos Diferidos s/ Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	0	0	0	0	406	406
5.07	Saldos Finais	442.946	358.671	1.201.730	81.763	912	2.086.022

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	442.946	358.671	910.551	0	3.676	1.715.844
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	442.946	358.671	910.551	0	3.676	1.715.844
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	131.548	283	131.831
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	131.548	0	131.548
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	283	283
5.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	0	0	0	0	429	429
5.05.02.07	Tributos diferido s/ Instrumentos financeiros derivativos - Swap	0	0	0	0	-146	-146
5.07	Saldos Finais	442.946	358.671	910.551	131.548	3.959	1.847.675

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	1.394.110	1.427.046
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.312.185	1.393.480
7.01.02	Outras Receitas	7.073	1.221
7.01.02.02	Outras receitas	7.073	1.221
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	91.275	38.888
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-16.423	-6.543
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-636.567	-809.370
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-534.868	-754.737
7.02.04	Outros	-101.699	-54.633
7.02.04.01	Custo de construção	-91.275	-38.888
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-10.424	-15.745
7.03	Valor Adicionado Bruto	757.543	617.676
7.04	Retenções	-38.277	-38.331
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.277	-38.331
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	719.266	579.345
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.240	44.288
7.06.02	Receitas Financeiras	43.240	44.288
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	762.506	623.633
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	762.506	623.633
7.08.01	Pessoal	41.239	40.487
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.478	27.463
7.08.01.02	Benefícios	6.110	6.284
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.402	1.378
7.08.01.04	Outros	7.249	5.362
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	2.001	1.226
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	2.244	1.155
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	3.004	2.981
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	569.427	386.897
7.08.02.01	Federais	252.750	136.333
7.08.02.02	Estaduais	315.857	250.098
7.08.02.03	Municipais	820	466
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	70.077	64.701
7.08.03.01	Juros	43.494	43.691
7.08.03.02	Aluguéis	3.076	3.094
7.08.03.03	Outras	23.507	17.916
7.08.05	Outros	81.763	131.548
7.08.05.01	Reserva de Incentivo Fiscal - ADENE	14.014	26.232
7.08.05.02	Retenção de Lucros	67.749	105.316

Comentário do Desempenho

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.798	2.841	-1,5%	2.915	-4,0%
Receita Bruta (R\$ mil)	1.403.460	1.440.519	-2,6%	1.608.169	-12,7%
Receita Líquida (R\$ mil)	862.279	1.089.801	-20,9%	1.014.157	-15,0%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	165.318	224.676	-26,4%	37.501	>100,0%
Margem EBITDA (%)*	19,17%	20,62%	-1,45 p.p	3,70%	15,47 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	21,44%	21,38%	0,06 p.p	4,34%	17,10 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)*	127.041	186.345	-31,8%	(795)	<-100,0%
Margem EBIT (%)*	14,73%	17,10%	-2,37 p.p	-0,08%	14,81 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	81.763	131.548	-37,8%	(27.281)	<-100,0%
Margem Líquida (%)	9,48%	12,07%	-2,59 p.p	-2,69%	12,17 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	10,60%	12,52%	-1,92 p.p	-3,16%	13,76 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	(5.922)	4.398	<-100,0%	5.496	<-100,0%
DEC (12 meses)*	10,45	11,03	-5,3%	12,26	-14,8%
FEC (12 meses)*	5,81	5,49	5,8%	6,81	-14,7%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	97,94%	98,58%	-0,64 p.p	98,17%	-0,23 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	12,57%	12,06%	0,51 p.p	13,73%	-1,16 p.p
Nº de Consumidores Totais*	3.788.272	3.649.884	3,8%	3.757.580	0,8%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	1.158	1.176	-1,5%	1.186	-2,4%
MWh/Colaborador Próprio*	2.416	2.416	-	2.457	-1,7%
PMSO (4)/Consumidor*	35,10	36,45	-3,7%	38,05	-7,8%
Consumidor/Colaboradores *	540	586	-7,8%	543	-0,6%

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PM SO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 3,8 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de cerca de 8,8 milhões de habitantes.

DADOS GERAIS*

	1T16	1T15	Var. %
Área de Concessão (km2)	148.921	148.921	-
Municípios (Qte.)	184	184	-
Habitantes (Qte.) (1)	8.843.553	8.779.338	0,7%
Consumidores (Unid.)	3.788.272	3.649.884	3,8%
Linhas de Distribuição (Km)	133.036	131.195	1,4%
Linhas de Transmissão (Km)	5.069	4.875	4,0%
Subestações (Unid.)	109	106	2,8%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.290	10.905	3,5%
Posição no Nordeste em Volume de Energia	3ª	3ª	-
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	4,87%	4,88%	-0,01 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	2,39%	2,32%	0,07 p.p

(1) O número de Habitantes do Ceará está estimado

(2) Os números relativos à Brasil estão estimados



Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

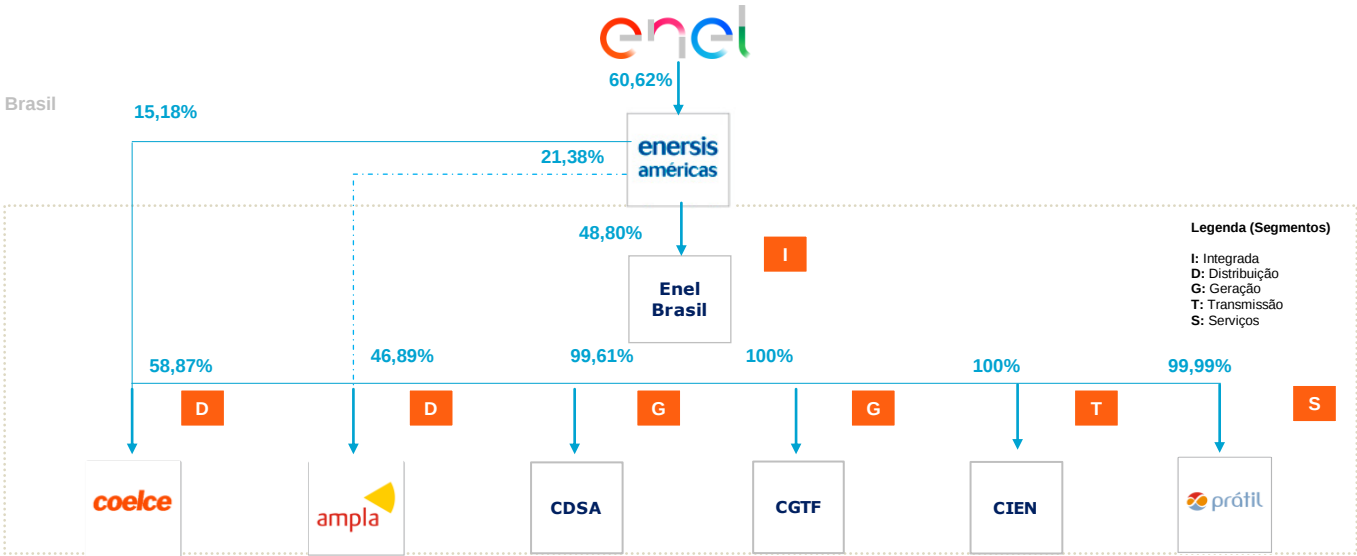
A Coelce é uma sociedade anônima de capital aberto.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 31/03/2016)

	ON (1)	%	PNA	PNB	PN	%	TOTAL	%
Controladores	47.064.245	97,9%	10.588.006	424	10.588.430	35,5%	57.652.675	74,1%
Enel Brasil	44.061.433	91,7%	1.770.000	-	1.770.000	5,9%	45.831.433	58,9%
Enersis Américas S.A.	3.002.812	6,2%	8.818.006	424	8.818.430	29,6%	11.821.242	15,2%
Não Controladores	1.003.692	2,1%	17.664.694	1.534.238	19.198.932	64,5%	20.202.624	25,9%
Eletrobras	-	-	3.967.756	1.531.141	5.498.897	18,5%	5.498.897	7,1%
Fundos de Pensão	919.403	1,9%	3.444.221	-	3.444.221	11,6%	4.363.624	5,6%
Fundos e Clubes de Investimentos	3.710	0,0%	6.297.545	-	6.297.545	21,1%	6.301.255	8,1%
Pessoas Físicas	46.139	0,1%	2.765.569	377	2.765.946	9,3%	2.812.085	3,6%
Outros	34.440	0,1%	1.189.603	2.720	1.192.323	4,0%	1.226.763	1,6%
Totais	48.067.937	100,0%	28.252.700	1.534.662	29.787.362	100,0%	77.855.299	100,0%

1) As ações ordinárias possuem Tag Along de 80%



DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

Crescimento de Mercado

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

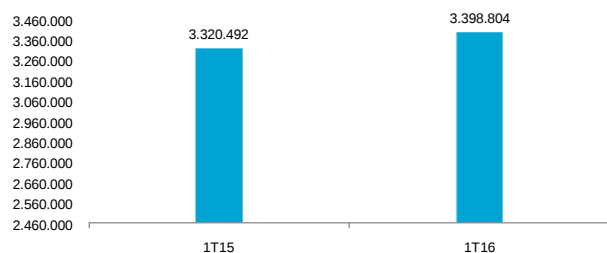
	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Mercado Cativo	3.398.729	3.320.419	2,4%	3.377.952	0,6%
Residencial - Convencional	1.784.243	1.548.200	15,2%	1.799.209	-0,8%
Residencial - Baixa Renda	848.890	1.046.218	-18,9%	811.364	4,6%
Industrial	5.893	6.070	-2,9%	5.908	-0,3%
Comercial	176.677	176.970	-0,2%	176.638	0,0%
Rural	536.247	496.681	8,0%	538.147	-0,4%
Setor Público	46.779	46.280	1,1%	46.686	0,2%
Cientes Livres	73	71	2,8%	72	1,4%
Industrial	39	38	2,6%	39	-
Comercial	34	33	3,0%	33	3,0%
Revenda	2	2	-	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	3.398.804	3.320.492	2,4%	3.378.026	0,6%
Consumo Próprio	404	393	2,8%	402	0,5%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	389.064	328.999	18,3%	379.152	2,6%
Total - Número de Consumidores	3.788.272	3.649.884	3,8%	3.757.580	0,8%

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

* Valores não auditados pelos auditores independentes

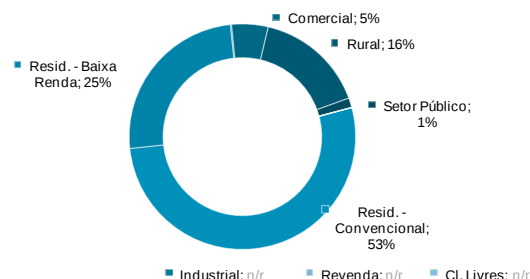
Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*

Evolução 1T15 - 1T16



Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*

Posição Final em mar/16



O incremento em relação ao número de consumidores registrado ao final do 1T15 reflete o crescimento vegetativo do seu mercado cativo, com destaque para o crescimento nas classes residencial (convencional e baixa renda) e rural, com mais 78.281 novos consumidores*.

Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 164 milhões*.

Venda de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)*

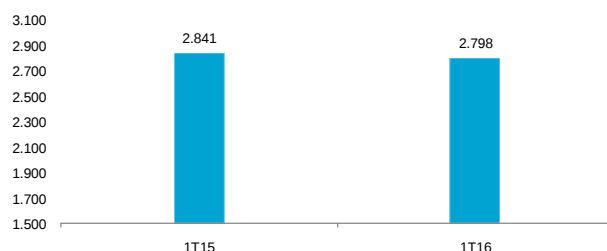
	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Mercado Cativo	2.526	2.527	-0,0%	2.640	-4,3%
Clientes Livres	272	314	-13,4%	275	-1,1%
Total - Venda e Transporte de Energia	2.798	2.841	-1,5%	2.915	-4,0%

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

O decréscimo em relação ao 1T15 é o efeito de uma retração de 13,4% observada no volume de energia transportada para os clientes livres no 1T16 (-42 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

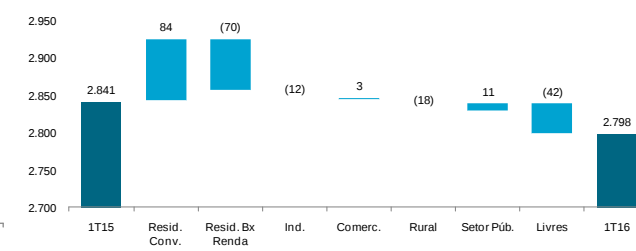
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Evolução 1T15 - 1T16



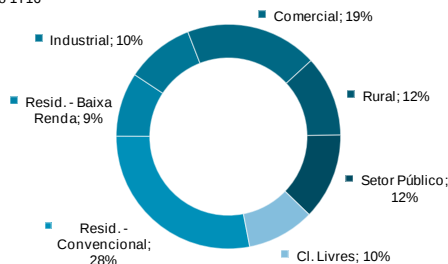
Evolução Anual do Consumo de Energia por Classe (GWh)*

Evolução 1T15 - 1T16



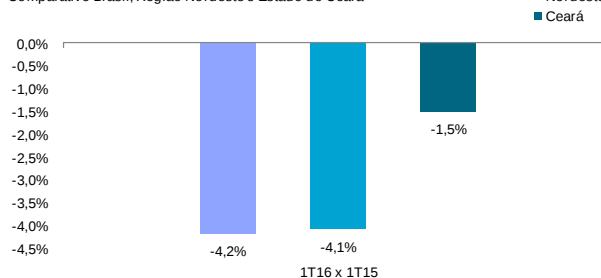
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Volume Total no 1T16



Evolução do Volume de Energia - Comparativos (%)**

Comparativo Brasil, Região Nordeste e Estado do Ceará



Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)*

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Residencial - Convencional	787	703	11,9%	776	1,4%
Residencial - Baixa Renda	258	327	-21,1%	246	4,9%
Industrial	275	287	-4,2%	315	-12,7%
Comercial	533	530	0,6%	560	-4,8%
Rural	325	343	-5,2%	377	-13,8%
Setor Público	348	337	3,3%	366	-4,9%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.526	2.527	-0,0%	2.640	-4,3%

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

A venda de energia no mercado cativo da Companhia se manteve estável no 1T16 quando comparado ao 1T15.

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Residencial - Convencional	435	433	0,5%	438	-0,7%
Residencial - Baixa Renda	324	337	-3,9%	294	10,2%
Industrial	46.041	47.386	-2,8%	52.418	-12,2%
Comercial	3.018	2.999	0,6%	3.170	-4,8%
Rural	606	677	-10,5%	728	-16,8%
Setor Público	7.454	7.311	2,0%	7.909	-5,8%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	749	769	-2,6%	788	-4,9%

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

Quase todas as classes apresentaram retração de consumo per capita, em função, principalmente, da desaceleração da economia, inflação elevada, desemprego e salários reais em queda, associados aos incrementos significativos pelos quais as tarifas de energia sofreram desde janeiro de 2015. As únicas classes que apresentaram incremento foram as classes: (i) residencial convencional, em função da migração dos consumidores da classe residencial baixa renda que deixaram de atender à certas exigências, (ii) comercial, devido ao turismo e (iii) rural, pelo maior consumo vinculado à necessidade de irrigação).

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Industrial	245	287	-14,6%	249	-1,6%
Comercial	27	26	3,8%	26	3,8%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres'	272	314	-13,4%	275	-1,1%

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

A redução no transporte de energia para os clientes livres no 1T16 em relação ao 1T15 foi consequência da redução de 14,6% do transporte de energia para os clientes livres industriais (-42 GWh), parcialmente compensado pelo crescimento vegetativo de 2,8% da base de clientes livres entre os trimestres comparados.

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Industrial	6.343	7.628	-16,8%	7.816	-18,8%
Comercial	804	798	0,8%	788	2,0%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	3.723	4.417	-15,7%	4.486	-17,0%

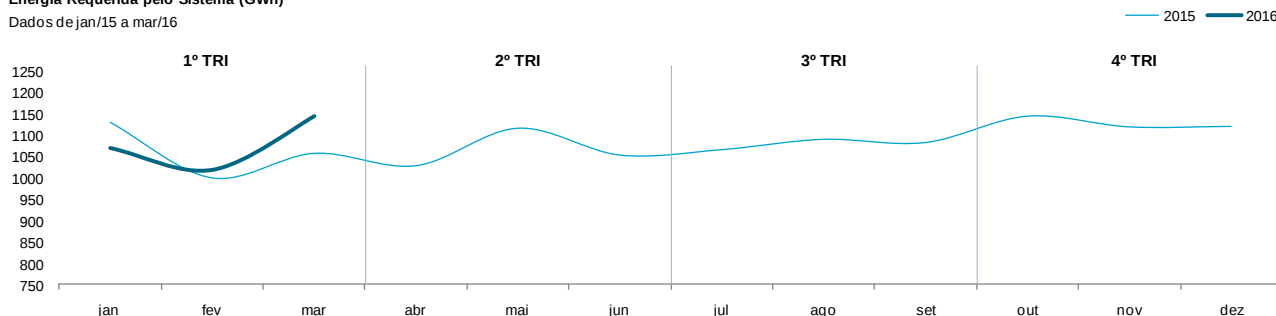
(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

A redução no transporte de energia per capita aos clientes livres no 1T16 em relação ao 1T15 é atribuída, principalmente, a um padrão médio de consumo dos novos clientes livres, em comparação ao padrão de consumo dos clientes livres que já se encontravam no mercado livre da Companhia no 1T15, em conjunto, com a desaceleração econômica, que ocasionou a retração da atividade industrial.

Sazonalidade

Energia Requerida pelo Sistema (GWh)*

Dados de jan/15 a mar/16



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF	669	664	0,8%	678	-1,3%
Centrais Elétricas - FURNAS	292	294	-0,7%	337	-13,4%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	330	378	-12,7%	379	-12,9%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	183	41	>100,0%	188	-2,7%
Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás	273	266	2,6%	272	0,4%
Elettronorte	108	88	22,7%	115	-6,1%
COPEL	41	36	13,9%	50	-18,0%
CEMIG	116	29	>100,0%	121	-4,1%
Tractebel Energia S.A	77	70	10,0%	82	-6,1%
Eletrobras Termonuclear S/A - Eletronuclear	94	95	-1,1%	97	-3,1%
PROINFA	56	56	-	68	-17,6%
Outros	901	843	6,9%	921	-2,2%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.140	2.860	9,8%	3.308	-5,1%
Liquidação na CCEE	(124)	62	<-100,0%	(145)	-14,5%
Total - Compra de Energia	3.016	2.922	3,2%	3.163	-4,6%
Energia Distribuída					
Wobben e Energyworks	1	10	-90,0%	2	-50,0%
Total - Compra de Energia c/ Energia Distribuída	3.017	2.932	2,9%	3.165	-4,7%

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

Indicadores Operacionais

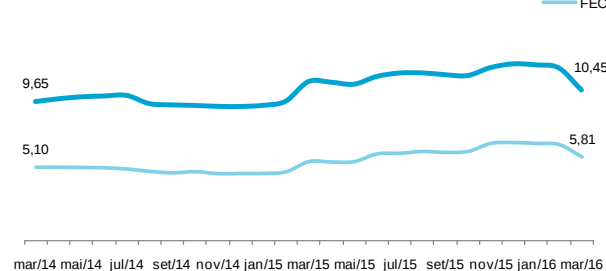
INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
DEC 12 meses (horas)	10,45	11,03	-5,3%	12,26	-14,8%
FEC 12 meses (vezes)	5,81	5,49	5,8%	6,81	-14,7%
Perdas de Energia 12 meses (%)	12,57%	12,06%	0,51p.p	13,73%	-1,16 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	97,94%	98,58%	-0,64 p.p	98,17%	-0,23 p.p
MWh/Colaborador Próprio	2.416	2.416	-	2.457	-1,7%
Consumidor/Colaboradores	540	586	-8,0%	543	-0,6%
PMSO (3)/Consumidor	35,10	36,45	-3,7%	38,05	-7,8%

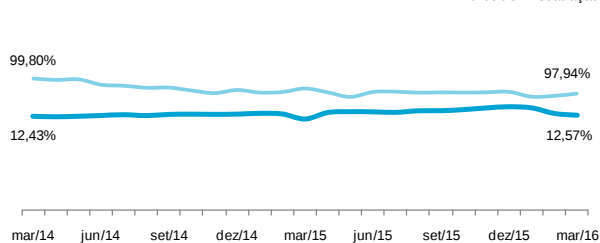
(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

(2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Evolução do DEC (Horas) e FEC (Vezes) TAM*
Dados de mar/14 a mar/16



Evolução das Perdas Totais (%) e Arrecadação (%) TAM*
Dados de mar/14 a mar/16



Qualidade do Fornecimento

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Coelce. Ambos os indicadores sofreram impactos de eventos externos, principalmente ocasionados por Rede Básica ou Chesf nos últimos 12 meses.

A Coelce investiu R\$ 65 milhões* em qualidade do sistema nos últimos 12 meses, e segue mantendo os indicadores em nível inferior aos exigidos pela Aneel (12,51 horas para o DEC e 9,38 vezes para o FEC).

Disciplina de Mercado

Nos últimos 12 meses, foram investidos R\$ 40 milhões* no combate às perdas.

Produtividade

Os indicadores MWh/Colaborador Próprio e Consumidor/Colaboradores refletem a produtividade da Companhia. O indicador PMSO/Consumidor busca avaliar a eficiência de custos pela base comercial da Companhia.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Receita Operacional Bruta	1.403.460	1.440.519	-2,6%	1.608.169	-12,7%
Deduções à Receita Operacional	(541.181)	(350.718)	54,3%	(594.012)	-8,9%
Receita Operacional Líquida	862.279	1.089.801	-20,9%	1.014.157	-15,0%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(735.238)	(903.520)	-18,6%	(1.014.952)	-27,6%
EBITDA(2)*	165.318	224.612	-26,4%	37.501	>100,0%
Margem EBITDA*	19,17%	20,61%	-1,44 p.p	3,70%	15,47 p.p
Margem EBITDA ex- Receita de Construção*	21,44%	21,37%	0,07 p.p	4,34%	17,10 p.p
EBIT(3)*	127.041	186.281	-31,8%	(795)	<-100,0%
Margem EBIT*	14,73%	17,09%	-2,36 p.p	-0,08%	14,81 p.p
Resultado Financeiro	(23.761)	(25.394)	-6,4%	(22.243)	6,8%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(21.517)	(29.339)	-26,7%	(4.243)	>100,0%
Lucro Líquido	81.763	131.548	-37,8%	(27.281)	<-100,0%
Margem Líquida	9,48%	12,07%	-2,59 p.p	-2,69%	12,17 p.p
Margem Líquida ex- Receita de Construção	10,60%	12,52%	-1,92 p.p	-3,16%	13,76 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)	1,05	1,69	-37,8%	(0,35)	<-100,0%

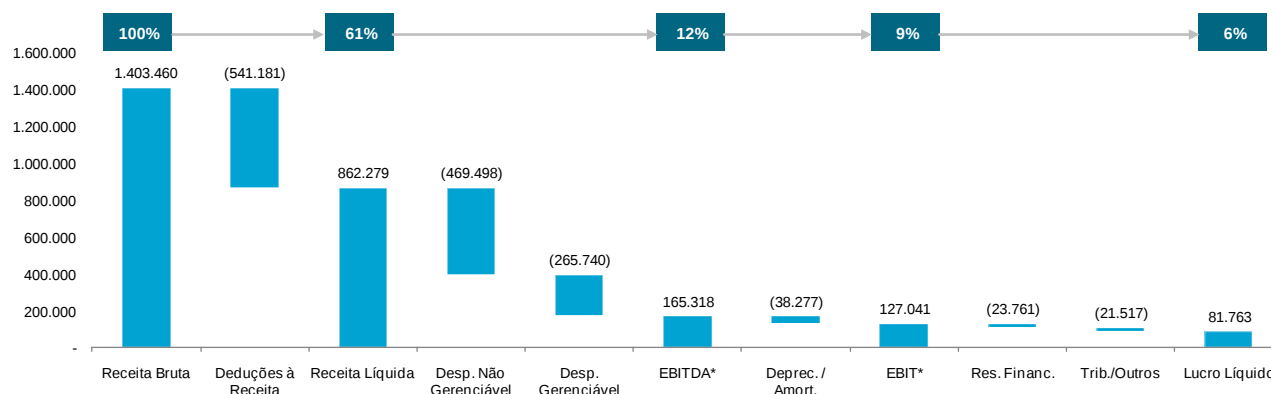
(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

(2) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações; (3) EBIT: Resultado do Serviço

Overview

Principais Contas do Resultado (R\$ Mil)

Overview 1T16



Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Fornecimento de Energia Elétrica	1.236.278	1.004.668	23,1%	1.282.838	-3,6%
Subsídio Baixa Renda	44.774	52.022	-13,9%	39.855	12,3%
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	52.728	59.803	-11,8%	55.030	-4,2%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	1.333.780	1.116.493	19,5%	1.377.723	-3,2%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	(72.942)	250.363	<-100,0%	18.794	<-100,0%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	25.122	19.018	32,1%	26.456	-5,0%
Receita Operacional IFRIC- 12	91.275	38.888	>100,0%	150.948	-39,5%
Outras Receitas	26.225	15.757	66,4%	34.248	-23,4%
Total - Receita Operacional Bruta	1.403.460	1.440.519	-2,6%	1.608.169	-12,7%

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

A redução da receita operacional bruta da Coelce (-R\$ 37 milhões) no 1T16 em relação ao 1T15 é resultado dos seguintes principais efeitos:

- Redução de R\$ 323 milhões na rubrica de Valores a Receber da Parcela A e outros itens financeiros, em função da contabilização de passivos regulatórios, que serão deduzidos do próximo reajuste tarifário em abril de 2017. Esses passivos devem-se, principalmente, a um menor custo de compra de energia no primeiro trimestre deste ano.

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

* Valores não auditados pelos auditores independentes

- Incremento de 19,5% na receita pelo fornecimento de energia elétrica – mercado cativo (+R\$ 218 milhões) como resultado de: (i) Efeito Combinado do Reajuste extraordinário e pela revisão tarifária aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em março e abril de 2015, que gerou um incremento médio de 22% nas tarifas da Coelce; e (ii) Descadastramento de parte dos consumidores Baixa Renda de entre os trimestres comparados, reflexo do não atendimento à certas exigências por parte destes consumidores e seu consequente desenquadramento (em termos contábeis, isso significa que houve uma “reclassificação” da rubrica Subsídio Baixa Renda para Fornecimento de Energia Elétrica).

Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 1T16, alcançou o montante de R\$ 1.312 milhões, o que representa uma redução de 3,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1.402 milhões.

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
ICMS	(315.839)	(250.084)	26,3%	(337.057)	-6,3%
COFINS	(99.047)	(61.377)	61,4%	(116.327)	-14,9%
PIS	(21.504)	(13.559)	58,6%	(25.265)	-14,9%
Total - Tributos	(436.390)	(325.020)	34,3%	(478.649)	-8,8%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(11.738)	(8.791)	33,5%	(7.484)	56,8%
Encargo CDE e outros encargos	(93.053)	(16.907)	>100,0%	(107.879)	-13,7%
Total - Encargos Setoriais	(104.791)	(25.698)	>100,0%	(115.363)	-9,2%
Total - Deduções da Receita	(541.181)	(350.718)	54,3%	(594.012)	-8,9%

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

O incremento nas deduções da receita de R\$ 190 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior se deve, principalmente, às seguintes variações:

- Incremento de R\$ 111 milhões nos tributos é resultado, principalmente, da mudança no critério de tributação dos ativos e passivos regulatórios, após a publicação da Lei 12.973/14 (a partir do 2T15) que mudou o regime de competência destas rubricas, as quais passaram a ser tributados por competência e não mais por regime de caixa, impactando diretamente no reconhecimento de PIS e COFINS.
- Acréscimo de R\$ 79 milhões nos encargos setoriais, que se deve, principalmente, à elevação substancial da cota para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em função do término dos aportes do Tesouro Nacional para o fundo e a necessidade de cobertura deste déficit, a partir da Revisão Tarifária Extraordinária, em março de 2015.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(402.045)	(643.378)	-37,5%	(547.658)	-26,6%
Encargo do Uso da Rede Elétrica	(67.453)	(45.275)	49,0%	(128.967)	-47,7%
Total - Não gerenciáveis	(469.498)	(688.653)	-31,8%	(676.625)	-30,6%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(40.157)	(45.650)	-12,0%	(50.637)	-20,7%
Material e Serviços de Terceiros	(65.370)	(66.084)	-1,1%	(78.072)	-16,3%
Depreciação e Amortização	(38.277)	(38.331)	-0,1%	(38.296)	-0,0%
Custo de Desativação de Bens	(3.203)	(4.550)	-29,6%	(6.113)	-47,6%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.423)	(6.543)	>100,0%	(3.943)	>100,0%
Provisões para Contingências	1.213	(5.402)	<-100,0%	(1.159)	<-100,0%
Despesa IFRIC-12 (Custo de Construção)	(91.275)	(38.888)	>100,0%	(150.948)	-39,5%
Outras Despesas Operacionais	(12.248)	(9.355)	30,9%	(9.159)	33,7%
Total - Gerenciáveis	(265.740)	(214.803)	23,7%	(338.327)	-21,5%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(735.238)	(903.456)	-18,6%	(1.014.952)	-27,6%

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

A retração nos custos e despesas operacionais no 1T16 em relação ao 1T15 ocorreu, principalmente, pelas seguintes variações:

- Redução na linha de energia elétrica comprada para revenda (-R\$ 241 milhões):
 - (i) Durante o 1T16 a Companhia realizou venda no mercado SPOT (aproximadamente 124 MWh), em razão da sobrecontratação. No mesmo período do ano anterior, a Companhia realizou compra de energia no mercado SPOT, tendo PLD de aproximadamente 400 R\$/MWh (62 GWh).
 - (ii) Em março de 2016, a Companhia foi comunicada da nova decisão judicial que alterou o entendimento para o cronograma de entrada de Jirau. Como consequência, realizou a baixa da provisão no valor de R\$ 72 milhões e, consequentemente, o Ativo Regulatório (CVA) no mesmo valor

Incremento nos custos e despesas gerenciáveis (R\$ 51 milhões). Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, no 1T16, alcançaram o montante de -R\$ 174 milhões, o que representa uma redução de 0,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 176 milhões, explicado por:

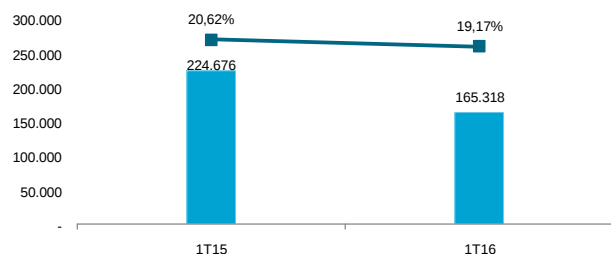
- Redução nas despesas com pessoal (-R\$ 6 milhões): Essa variação se deve, principalmente, a uma maior ativação dos custos de pessoal no 1T16, em função de maiores investimentos, bem como o efeito do dissídio coletivo aplicativo em outubro de 2015 (INPC + 0,5%).
- Incremento de R\$ 10 milhões na rubrica de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que se deve, principalmente, ao aumento da inadimplência entre os trimestres em função dos seguintes efeitos: (i) Efeito Combinado do Reajuste extraordinário e pela revisão tarifária aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em março e abril de 2015, que gerou um incremento médio de 22% nas tarifas da Coelce; (ii) Descadastramento de parte dos consumidores Baixa Renda entre os períodos comparados, por não atendimento à certas exigências por parte destes consumidores e seu consequente desenquadramento, fazendo com que estes clientes perdessem o benefício da Tarifa Social e (iii) Impacto do aumento da inflação real e do cenário de desaceleração econômica sobre as finanças dos clientes.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

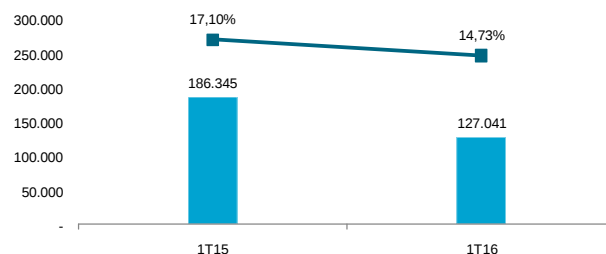
- Aumento de R\$ 7 milhões na rubrica de provisão para contingências, devido,, principalmente, à reversão de valores provisionados nas áreas cíveis e trabalhistas.

EBITDA

EBITDA (R\$ Mil) e Margem EBITDA (%)*
Evolução 1T15 - 1T16



EBIT (R\$ Mil) e Margem EBIT (%)*
Evolução 1T15 - 1T16



Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações financeiras da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Lucro Líquido do Período	81.763	131.548	-37,8%	(27.281)	<-100,0%
(+) Tributo sobre o Lucro	(21.517)	29.339	<-100,0%	4.243	<-100,0%
(+) Resultado Financeiro	(23.761)	25.394	<-100,0%	22.243	<-100,0%
(=) EBIT	127.041	186.281	-31,8%	(795)	<-100,0%
(+) Depreciações e Amortizações	38.277	38.331	-0,1%	38.296	-0,0%
(=) EBITDA	165.318	224.612	-26,4%	37.501	>100,0%

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Receitas Financeiras					
Renda de Aplicações Financeiras	5.225	5.251	-0,5%	2.108	>100,0%
Acréscimo Moratório sobre Conta de Energia	6.963	3.744	86,0%	17.994	-61,3%
Receita ativo indenizável	25.061	15.147	65,5%	4.819	>100,0%
Variação monetária Parcela A e outros itens financeiros	1.307	11.426	-88,6%	11.489	-88,6%
Outras	4.684	569	>100,0%	9.245	-49,3%
Total - Receitas Financeiras	43.240	36.137	19,7%	45.655	-5,3%
Despesas financeiras					
Encargo de Dívidas	(32.080)	(29.334)	9,4%	(31.960)	0,4%
Variações Monetárias	(11.414)	(14.357)	-20,5%	(11.041)	3,4%
Atualizações de Impostos, Provisões e Multas	(13.996)	(10.123)	38,3%	(6.992)	>100,0%
Despesa do Ativo Indenizável	-	-	-	-	-
Multas	(1.012)	(1.330)	-23,9%	(4.810)	-79,0%
Outras	(8.499)	(6.387)	33,1%	(13.095)	-35,1%
Total - Despesas Financeiras	(67.001)	(61.531)	8,9%	(67.898)	-1,3%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(23.761)	(25.394)	-6,4%	(22.243)	6,8%

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

O resultado financeiro da Coelce, no 1T16, teve uma redução de R\$ 2 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, como resultado das seguintes variações relevantes:

Aumento nas receitas financeiras (R\$ 7 milhões), explicadas principalmente por:

- Incremento de R\$ 3 milhões na rubrica de acréscimo moratório sobre conta de energia decorrente, principalmente, de um maior pagamento de faturas em atraso pelos consumidores, reflexo dos aumentos tarifários no período e da desaceleração econômica do país.
- Incremento de R\$ 10 milhões na rubrica de receita do ativo indenizável referente à atualização mensal do ativo indenizável pela inflação (IGPM), associado a um maior montante de ativo indenizável.
- Redução de R\$ 11 milhões na rubrica Variação Monetária Parcela A e outros itens financeiros que se deve, principalmente, à uma constituição de uma posição majoritariamente de passivos regulatórios, gerando menor atualização financeira do que no 1T15 em que se constituiu mais ativos regulatórios.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

- Incremento nas despesas financeiras (R\$ 5 milhões), principalmente, por incremento em encargos de dívidas (-R\$ 3 milhões) atribuído basicamente ao aumento observado nos principais índices que indexam a dívida da Companhia entre o 1T15 e o 1T16.

Tributos (IR/CSLL) e Outros

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

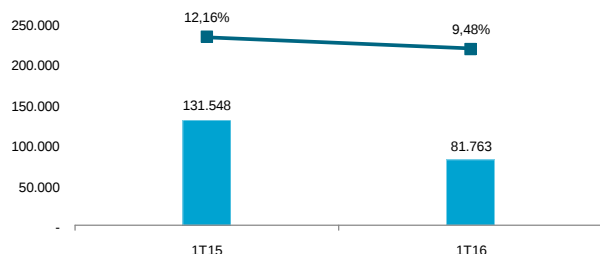
	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
IR e CSLL	(33.689)	(53.561)	-37,1%	(15.627)	>100,0%
Incentivo Fiscal SUDENE	14.014	26.233	-46,6%	13.396	4,6%
Amortização do Ágio e Reversão da Provisão	(1.842)	(2.011)	-8,4%	(2.012)	-8,4%
Total	(21.517)	(29.339)	-26,7%	(4.243)	>100,0%

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

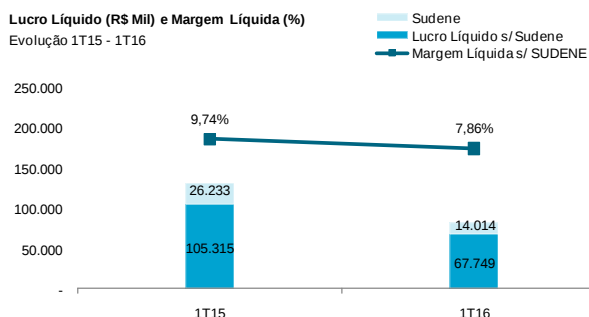
As despesas com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Outros (Amortização do Ágio) no 1T16 registraram uma redução de R\$ 7 milhões em relação ao 1T15. Esta variação reflete a redução da base de cálculo para estes tributos.

Lucro Líquido

Lucro Líquido (R\$ Mil) e Margem Líquida (%)
Evolução 1T15 - 1T16



Lucro Líquido (R\$ Mil) e Margem Líquida (%)
Evolução 1T15 - 1T16



Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	1.253.855	1.272.801	-1,5%	1.294.168	-3,1%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	198.562	158.017	25,7%	64.492	>100,0%
Dívida líquida (R\$ mil)	1.055.293	1.114.784	-5,3%	1.229.676	-14,2%
Dívida Bruta / EBITDA(2)*	2,13	1,51	41,1%	1,99	7,0%
EBITDA(2) / Encargos de Dívida(2)*	4,58	8,66	-47,1%	5,15	-11,1%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,38	0,41	-8,0%	0,38	-2,2%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,34	0,38	-10,7%	0,37	-9,7%

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

(2) EBITDA e Encargo de Dívida acumulado nos últimos 12 meses;

A dívida bruta da Coelce encerrou o 1T16 com uma diminuição de R\$ 19 milhões em relação ao mesmo período de 2015. Esta variação deve-se, basicamente, novas captações de dívidas (R\$ 87 milhões de conta garantida e R\$ 55 milhões de financiamento com funding do BNDES), compensados, em parte, por amortizações ocorridas no período, que alcançaram R\$ 206 milhões, e correção monetária no período de 37 milhões.

A Coelce encerrou o 1T16 com o custo da dívida médio de 13,85% a.a., ou CDI + 0,34% a.a.

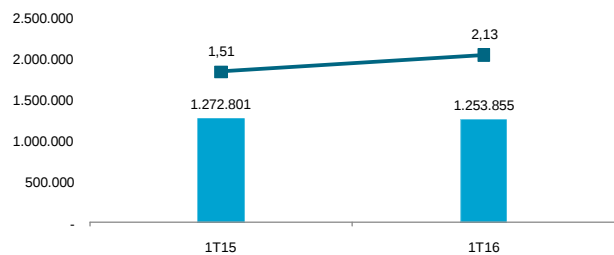
Colchão de Liquidez*

No ano de 2014, foi autorizada pela Aneel a realização de operações de mútuo da Enel Brasil para a Coelce, com o objetivo de assegurar a liquidez da companhia em caso de necessidade, no montante de até R\$ 200 milhões e prazo máximo de 2 anos. Além disso, para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de março de 2016, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 190 milhões em linhas de crédito abertas com bancos em caráter irrevogável (linhas comprometidas), para utilização com prazo máximo de captação de 2 anos, além de R\$ 50 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo.

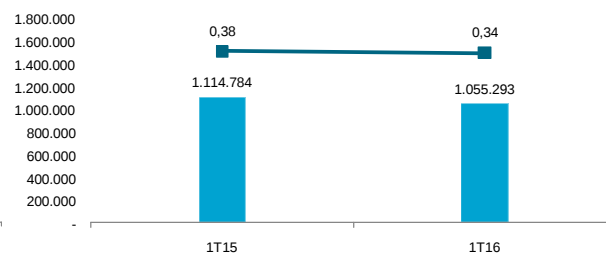
Em março de 2016, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's reafirmou os ratings na Escala Nacional Brasil de longo e curto prazos 'brAA-/brA-1', respectivamente, atribuídos à Companhia. A perspectiva do rating de longo prazo é negativa.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

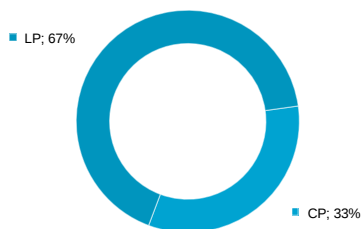
Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA* (Veze)
Evolução 1T15 - 1T16



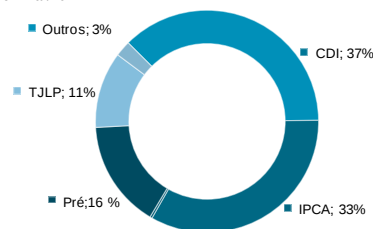
Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Veze)
Evolução 1T15 - 1T16



Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em mar/16



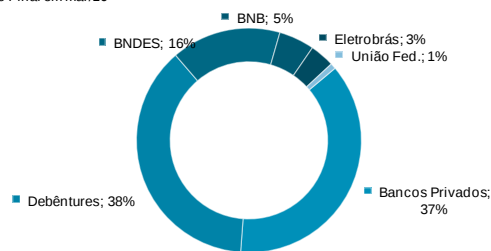
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em mar/16



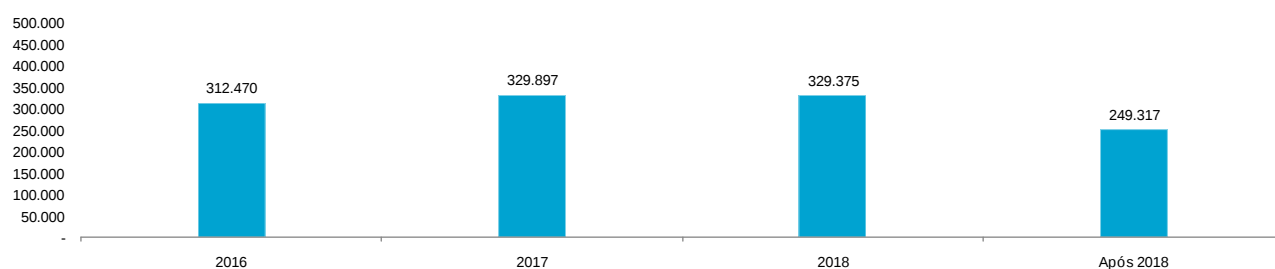
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em mar/16



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em mar/16



Curva de Amortização (R\$ Mil)
Posição Final em mar/16



Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Novas Conexões	63.097	30.214	>100,0%	49.402	27,7%
Rede	22.958	11.236	>100,0%	64.615	-64,5%
Combate às Perdas	9.939	5.828	70,5%	10.869	-8,6%
Qualidade do Sistema Elétrico	13.019	(691)	<-100,0%	53.746	-75,8%
Outros	-	6.099	-100,0%	-	-
Outros (Non - Network)	12.946	1.949	>100,0%	39.193	-67,0%
Variação de Estoque	(5.922)	4.398	<-100,0%	5.496	<-100,0%
Total Investido	93.079	47.797	94,7%	158.706	-41,4%
Aportes / Subsídios	(3.943)	(9.315)	-57,7%	(2.613)	50,9%
Investimento Líquido	89.136	38.482	>100,0%	156.093	-42,9%

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

Os investimentos realizados pela Coelce no 1T16 alcançaram R\$ 93 milhões, superior em R\$ 45 milhões ao realizados no mesmo período do ano anterior. O maior volume de investimentos no 1T16 foi direcionado aos investimentos para Novas Conexões, que totalizaram R\$ 63 milhões*.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Mercado Bursátil

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/AÇÃO)*

	1T16	1T15	Var. % (1)	4T15	Var. %
Ordinárias - ON (COCE3)	31,00	45,00	-31,1%	33,61	-7,8%
Preferenciais A - PNA (COCE5)	38,79	41,40	-6,3%	36,00	7,7%
Preferenciais B - PNB (COCE6)	35,00	35,00	-	35,00	-

(1) Variação entre 1T16 e 1T15;

variação sem ajuste por proventos.

A Coelce possui, atualmente, 3 papéis negociados na BM&FBovespa, sendo que o de maior liquidez é a ação preferencial A (COCE5). Os demais papéis têm menor liquidez, e podem eventualmente apresentar negociações que fogem à percepção média do mercado sobre a Companhia e indiquem distorções no preço do ativo.

5

OUTROS TEMAS RELEVANTES

Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras (verde, amarela e vermelha) que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos,

A partir de 01/03/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A partir de 01/02/2016 - A tarifa foi reduzida para R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

Até 28/02/2015 - A tarifa sobre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos,

De 01/03 até 31/08/2015 - A tarifa sobre acréscimo de R\$ 5,50 para cada 100 kWh consumidos e

A partir de 01/09/2015 - A tarifa sobre acréscimo de R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos.

Em 1º de fevereiro de 2016 a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$ 3,00 e R\$ 4,50, aplicados a cada 100 kWh (quilowatt-hora)

Revisão Tarifária Extraordinária

Foi aprovada a Revisão Extraordinária da COELCE no dia 27 de fevereiro de 2015. A revisão teve como objetivo repassar às tarifas os descasamentos observados entre custos reais e a cobertura tarifárias do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e dos custos de compra de energia. O reajuste médio aprovado para a COELCE foi de 10,28% e passou a vigorar a partir de 02 de março de 2015.

Revisão Tarifária Ordinária

A Companhia passou pelo 4º ciclo de revisão tarifária, com data base em 22 de abril de 2015, conforme previsto no contrato de concessão. A ANEEL definiu as tarifas, através da Resolução Homologatória nº 1.882/2015. Essa definição conduziu a um efeito tarifário médio para os consumidores cativos da distribuidora de 11,69%, que tem a seguinte composição:

- (i) Reposicionamento tarifário de 4,50%;
- (ii) Adição de componentes financeiros para o período 2015-2016 de 6,67%;
- (iii) Exclusão do componentes financeiros do reajuste de 2014, um impacto positivo de 0,52%.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Companhia Energética do Ceará

1. Contexto operacional

A Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. (anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

2. Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

Na elaboração das informações trimestrais foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará em 23 de março de 2016. Essas informações trimestrais devem ser analisadas em conjunto com aquelas demonstrações financeiras, para melhor compreensão das informações apresentadas.

A autorização para emissão destas informações trimestrais ocorreu em reunião da Diretoria realizada em 04 de maio de 2016.

3. Revisão ordinária e extraordinária

Foi aprovada em 27/02/2015, através da Resolução Homologatória nº 1.858, a revisão tarifária extraordinária que gerou um reajuste médio de 10,28%.

Em 22/04/2015 a Coelce teve homologado em caráter provisório a 4ª Revisão Tarifária, através da Resolução Homologatória nº 1.882 gerando um efeito tarifário médio de 11,69%. Em função da definição da nova BRR, a Administração procedeu ao recálculo do ativo financeiro remanescente ao final da concessão não tendo sido identificados ajustes significativos.

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória

a) PIS e COFINS sobre o resultado financeiro

A partir de 01/07/2015, por força do Decreto nº 8.426 de 01/04/2015, as alíquotas do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PIS/PASEP") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente.

b) Mudança da índice de atualização da base de remuneração dos ativos das concessionárias

A Resolução Normativa nº 686 emitida pela ANEEL em 23/11/2015 dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá passa a ser atualizada pela variação do Índice

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**

Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

c) Revisão tarifária PRORET – 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica ("CRTP")

A partir da Resolução Normativa nº 660, de 28/04/2015, dentre outras alterações, as receitas faturadas com Ultrapassagem de Demanda - UD e Excedente Reativo - ER, a partir de maio de 2015 passaram a ser contabilizadas como passivos setoriais, no passivo não circulante. A partir do 5º CRTP, estes valores serão devolvidos ao consumidor através da tarifa.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e contas correntes bancárias	254	29.322
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	67.889	-
Operações compromissadas	54.673	18.137
	122.562	18.137
Fundos exclusivos		
CDB (Fundos exclusivos)	20.161	1.654
Operações compromissadas (Fundos exclusivos)	25.992	8.117
	46.153	9.771
Aplicações financeiras	168.715	27.908
Total	168.969	57.230

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

	31/03/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	23.816	7.094
LF - Letra Financeira	5.777	168
Total	29.593	7.262

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

7. Consumidores

Classe de consumidores	Saldos			Valor bruto	
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90	31/03/2016	31/12/2015
Circulante					
Residencial	130.362	115.236	33.432	279.030	263.412
Industrial	38.765	9.772	42.901	91.438	94.774
Comercial	46.665	22.183	13.985	82.833	88.925
Rural	27.709	20.132	22.493	70.334	76.065
Poder público	29.808	16.903	4.399	51.110	42.329
Iluminação pública	7.175	3.109	398	10.682	10.560
Serviço público	11.012	1.133	929	13.074	16.620
Subtotal	291.496	188.468	118.537	598.501	592.685
Fornecimento não faturado	186.843	-	-	186.843	192.265
Consumidores baixa renda	29.540	-	-	29.540	28.308
Parcelamento de débitos	-	15.564	20.658	36.222	33.131
Contas a receber com partes relacionadas	64	-	-	64	78
Outros créditos	4.223	6.966	7.585	18.774	11.049
Subtotal	512.166	210.998	146.780	869.944	857.516
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(121.559)	(121.559)	(113.587)
Total circulante	512.166	210.998	25.221	748.385	743.929
Não circulante					
Comercialização na CCEE	-	-	15.289	15.289	15.289
Parcelamento de débitos	-	-	14.480	14.480	12.586
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(25.481)	(25.481)	(17.030)
Total não circulante	-	-	4.288	4.288	10.845

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31/12/2015	Adições	31/03/2016
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(130.617)	(16.423)	(147.040)
	(130.617)	(16.423)	(147.040)

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

	31/03/2016	31/12/2015
Resolução homologatória 1.711/2014	74.489	74.489
Resolução homologatória 1.882/2015	84.329	188.630
Parcela de ajuste (estimativa)	(11.865)	(10.361)
Atualização monetária (*)	6.660	6.731
	153.613	259.489

* A Resolução Homologatória 1.857, estabeleceu que a Eletrobras deverá atualizar os valores dos repasses dos recursos da CDE realizados em atraso com relação à data fixada para repasse pelo variação mensal do IPCA e que deverá ser aplicada a partir de março/2015.

Valor a ser repassado pela Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Em 08 de julho de 2015, foi proferida em favor da Companhia, decisão liminar, autorizando a compensação integral dos valores devidos pela Eletrobras, a título de subvenção tarifária,

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**

acumulado desde novembro de 2014, com os valores mensalmente devidos pela COELCE, a título de cota mensal da CDE. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 173.853 (R\$ 137.704 em 2015), correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

9. Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

	31/03/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Compra de energia	151.975	15.647	142.311	31.481
Encargo de serviço do sistema - ESS	(57.168)	3.242	(72.704)	(18.828)
Conta de desenvolvimento Energético - CDE	(2.059)	71	42.003	18.474
Uso da rede básica	48.861	3.138	8.285	1.104
Outros	8.725	563	7.515	3.731
Total das amortizações / diferimentos tarifários (CVAs)	150.334	22.661	127.410	35.962
Repasse de sobrecontratação de energia	(160.826)	(10.315)	7.580	11.985
Recomposição de ICMS	92.449	5.836	80.771	28.016
Bandeira não faturada	(6.722)	-	(19.590)	-
Neutralidade	(1.301)	(83)	(2.051)	(93)
Outros	73.983	(17.139)	36.325	(2.644)
Outros valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros	(2.417)	(21.701)	103.035	37.264
Total dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	147.917	960	230.445	73.226

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Baixa da Provisão Passiva com Energia Sustentável do Brasil S/A (UHE Jirau)

A partir da competência de julho de 2015 a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE considerou na liquidação do mercado de curto prazo um passivo de compra de energia de R\$ 72.146 referente ao ganho de causa de Usina Hidrelétrica Jirau em processo contra a ANEEL, gerando também um ativo regulatório no mesmo valor. Neste processo a geradora apresentou o entendimento de que a entrada em operação a ser considerada para fins de contabilizações na CCEE deveria ser 535 dias após a data prevista de início da operação comercial, contra o argumento do regulador de que a postergação deveria ser dada a partir do cronograma interno apresentado pela geradora (inferior ao do PPA).

Antes da liquidação na CCEE ocorrer, a Companhia, através da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE, conseguiu uma liminar para não pagar o passivo informado, alegando que o processo não poderia prejudicar um terceiro que não estava envolvido no mesmo. A CCEE estornou a cobrança na liquidação subsequente e o pagamento não chegou a ser realizado, pois o financeiro da liquidação de julho de 2015 e agosto de 15 aconteceram na mesma data. Com isso, o entendimento da Administração foi manter o passivo contabilizado dado o risco envolvido e uma possível necessidade futura de aporte dos valores acima mencionados.

Em março de 2016, a Companhia foi comunicada pela CCEE que uma nova decisão judicial alterou o entendimento da aplicação da postergação dos 535 dias no cronograma de entrada

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**

de Jirau, agora de acordo com a interpretação inicial da ANEEL. Esta decisão judicial, adicionada a decisão administrativa da CCEE e ANEEL confortou a Companhia a baixar a provisão em fornecedor de R\$ 72.146 e, conseqüentemente, baixar o ativo regulatório (CVA energia) constituído no mesmo valor.

10. Tributos a compensar

	31/03/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	19.263	-	16.611	-
ICMS (a)	38.216	30.162	38.914	28.841
ICMS parcelamento	11.056	-	11.056	-
PIS e COFINS	7.079	-	7.049	-
INSS Patronal	711	-	705	-
Outros tributos	23	-	10	-
Total	76.348	30.162	74.345	28.841

- a) Do total de crédito de ICMS, R\$ 48.058 em 31 de março de 2016 (R\$ 48.069 em 2015) refere-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos. E o valor de R\$ 20.320 (R\$ 19.686 em 2015) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte.

11. Benefício fiscal**Ágio de incorporação da controladora**

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

O registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31/03/2016	31/12/2015
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(614.152)	(608.736)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	322.322	318.747
Saldo	54.765	56.606

Reserva de capital	31/03/2016	31/12/2015
Ágio da incorporação	775.960	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Saldo	221.188	221.188

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

12. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de Aplicação	31/03/2016		31/12/2015	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Itaú-Unibanco TOP DI	Fundo de Investimento	24.523	-	24.569	-
Bradesco	CDB	-	6	-	6
Itaú	CDB	-	738	-	717
BNB	CDB	-	18.324	-	17.751
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	-	8.149	-	6.907
Caixa	Caução	320	-	319	-
Outros		-	194	-	194
Total		24.843	27.411	24.888	25.575

13. Ativo indenizável (concessão)

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	889.932	783.713
Transferências do ativo intangível	4.233	109.108
Marcação a mercado - ativo indenizável	25.061	(2.889)
Saldo Final	919.226	889.932

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

14. Intangível

	Em Serviço				Em Curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.837.197	(1.860.532)	(486.474)	1.490.191	222.400	(161.186)	61.214	1.551.405
Adições	-	-	-	-	437.907	(25.108)	412.799	412.799
Baixas	(68.525)	58.371	54.296	44.142	-	-	-	44.142
Amortização	-	(182.612)	32.806	(149.806)	-	-	-	(149.806)
Transferências	294.523	-	(7.015)	287.508	(294.523)	7.015	(287.508)	-
Transferências para o ativo indenizável	(112.408)	-	3.300	(109.108)	-	-	-	(109.108)
(-) Provisão para redução de recuperabilidade	-	-	-	-	(1.188)	-	(1.188)	(1.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.950.787	(1.984.773)	(403.087)	1.562.927	364.596	(179.279)	185.317	1.748.244
Adições	-	-	-	-	95.218	(3.943)	91.275	91.275
Baixas	-	300	-	300	-	-	-	300
Amortização	-	(48.289)	8.184	(40.105)	-	-	-	(40.105)
Transferências	18.283	-	-	18.283	(18.283)	-	(18.283)	-
Transferências para ativo indenizável	(4.233)	-	-	(4.233)	-	-	-	(4.233)
Saldo em 31 de março de 2016	3.964.837	(2.032.762)	(394.903)	1.537.172	441.531	(183.222)	258.309	1.795.481

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro nos moldes da Lei nº 12.783/13.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

15. Fornecedores

	31/03/2016	31/12/2015
Compra de Energia	182.695	299.417
Energia Livre	17.469	10.690
Encargo de Uso da Rede	10.022	9.339
Diferencial Eletronuclear	-	661
Partes relacionadas (vide nota 19)	105.208	126.360
Materiais e serviços	41.168	71.453
Total	356.562	517.920
Circulante	349.556	511.155
Não circulante	7.006	6.765

16. Obrigações fiscais

	31/03/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	1.681	-	1.681	1.570	-	1.570
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	80.196	-	80.196	83.227	-	83.227
REFIS IV - Federal (Previdenciário)	1.823	13.823	15.646	1.804	14.135	15.939
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	16.282	-	16.282	18.564	-	18.564
Programa de integração social - PIS	3.511	-	3.511	4.005	-	4.005
Imposto sobre serviços - ISS	1.453	-	1.453	1.100	-	1.100
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retidos na Fonte)	2.452	-	2.452	3.037	-	3.037
Outros tributos e contribuições	4.124	-	4.124	4.256	-	4.256
Total	111.522	13.823	125.345	117.563	14.135	131.698

17. Empréstimos e financiamentos

	31/03/2016	31/12/2015	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
Moeda estrangeira:							
União Federal – Bônus de Desconto	4.090	4.471	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal – Bônus ao Par	5.986	6.469	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.
Total moeda estrangeira	10.076	10.940					
Moeda nacional:							
Financiamentos							
Eletrobras	44.237	47.612	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6,95% a.a.
Banco do Nordeste – FNE	64.007	69.254	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva	10% a.a.
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	29.918	30.950	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Recebíveis	3,00% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) A	55.683	58.750	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2011) B	55.704	58.772	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,8% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) A	27.714	27.529	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,1% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) B	28.488	27.560	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	SELIC + 3,18% a.a.
Empréstimos							
Itaú CCB	150.618	156.299	20/03/2014	20/03/2019	Anual	-	112% CDI
Banco do Brasil (BB Agropecuário)	316.967	306.298	12/11/2014	07/11/2019	Semestral	-	107% CDI
Working Capital Santander	-	50.474	21/03/2011	27/06/2016	Mensal	-	CDI + 1,8% a.a.
Total moeda nacional	773.336	833.498					
Total de empréstimos e financiamentos	783.412	844.438					
Circulante	212.512	205.505					
Não circulante	570.900	638.933					

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

Abaixo segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Plano de Investimento	Desembolsado	Garantias
Financiamentos					
BNDES (Capex 2012-2013)	Financiamento do CAPEX	217.185	2012/2013	89%	Recebíveis
BNDES (Capex 2014-2015)	Financiamento do CAPEX	215.126	2014/2015	26%	Recebíveis
Eletrobras	Luz Para Todos	134.085	2004	86%	Recebíveis e nota promissória
Banco do Nordeste – FNE	FNE/PROINFRA	106.187	2011	100%	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva
Empréstimos					
Bônus de Desconto e Bônus ao Par	Refinanciamento Dívida	* 3.001	-	100%	Conta reserva
Itaú CCB	Capital de giro	150.000	-	100%	-
BB Agropecuário	Capital de giro	300.000	-	100%	-
Working Capital Santander	Capital de giro	50.000	-	0%	-

*Valor em reais convertido pela taxa do dia da liberação 1,0808

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Itaú CCB, Eletrobras e Banco do Brasil Agropecuário, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de março de 2016:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite
BNDES / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50
BNDES / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60
Eletrobras	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00
BB Agropecuário	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/03/2016					
2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total não Circulante
127.361	194.222	177.661	33.249	38.407	570.900

18. Debêntures

	31/03/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
1ª Série 3ª emissão	55.447	-	53.576	-
2ª Série 3ª emissão	147.687	270.698	137.060	263.073
(-) Custo de transação	(346)	(379)	(344)	(475)
Total sem efeito de swap	202.788	270.319	190.292	262.598
Resultado das operações de swap	(2.664)	-	(3.156)	-
Total de debêntures	200.124	270.319	187.136	262.598

Em 31 de março de 2016 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**

Abaixo segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2015	187.136	262.598	449.734
Atualização monetária	-	11.438	11.438
Transferências	3.813	(3.813)	-
Encargos provisionados	8.685	-	8.685
Transferência custo de transação	(96)	96	-
Apropriação custo de transação	94	-	94
Resultado das operações de swap	492	-	492
Em 31 de março de 2016	200.124	270.319	470.443

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de março de 2016, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	2,50
EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75

19. Partes relacionadas

Empresas	Ref	Natureza da operação	31/03/2016				31/12/2015				31/03/2015	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita/ (Despesa) Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita/ (Despesa) Intangível		
Endesa Fortaleza - CGTF	(a)	Compra de Energia	-	104.847	-	(234.610)	-	-	125.096	-	(147.158)	-
Endesa Cachoeira - CDSA	(b)	Compra de Energia	-	114	-	(332)	-	-	873	-	(1.288)	-
Companhia de Interconexão Energética - CIEN	(c)	Encargo de Uso	-	205	-	(450)	-	-	193	-	(653)	-
Fundação Ceolce de Seguridade Social-FAELCE	(d)	Plano de pensão	-	1.668	85.475	(2.233)	166	-	2.040	85.396	(873)	24
EN-Comercio e Serviço SA (PRATIL)	(e)	Arrecadação	64	42	-	213	-	78	198	-	172	-
Enel Energy Europe	(f)	Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	(825)	-
			64	106.876	85.475	(237.412)	166	78	128.400	85.396	(150.625)	24
(-) Plano de pensão			-	1.668	85.475	-	-	-	2.040	85.396	-	-
Parte relacionadas			64	105.208	-	(237.412)	166	78	126.360	-	(150.625)	-

Esses valores são classificados como contas a receber, fornecedores e obrigações com benefícios pós-emprego, respectivamente (vide Notas 7, 15 e 20).

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- CGTF - Central Geradora Termelétrica S.A.:** Operações de compra de energia por parte da Companhia cujo preço normativo é estabelecido pela Aneel reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGP-M, do Dólar norte-americano e do gás natural contratado.
- CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.:** Operações de compra de energia por parte da companhia oriundos de leilão CCEAR 2º LEE – 2005 ou MCSD 2º LEE 2005.
- CIEN - Companhia de Interconexão Energética:** Despesas com a Rede Básica no período, esses contratos são homologados pela a ANEEL mediante despacho.
- FAELCE - Plano de pensão:** A Companhia realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**

- e) EN-Brasil Comércio e Serviços S.A. ("Prátil"): Contrato para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia.
- f) Enel Energy Europe: A Companhia mantém contrato com a Enel Energy referente a serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software.

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2016 foi de R\$ 2.464 (R\$ 2.407 em 31 de março de 2015). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

20. Obrigações com benefícios pós-emprego

Os planos de assistência médica e FGTS para 31 de março de 2016 apresentaram um passivo total de R\$ 87.144 (R\$ 87.436 em 2015).

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado relacionada com os planos BD e CD

	31/03/2016	31/03/2015
Custo do serviço corrente	557	(59)
Custos dos juros	2.709	2.430
Total de despesas (receitas)	3.266	2.371

21. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

	31/12/2015	31/03/2016				
	Saldo Acumulado	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo acumulado
Trabalhistas	39.275	2.333	(584)	1.791	(99)	42.716
Cíveis	78.580	7.132	(6.910)	6.789	(1.642)	83.949
Fiscais	1.971	-	(113)	262	(120)	2.000
Regulatório	68.980	5.553	(8.624)	4.109	(18.061)	51.957
Total	<u>188.806</u>	<u>15.018</u>	<u>(16.231)</u>	<u>12.951</u>	<u>(19.922)</u>	<u>180.622</u>

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**

causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa nº 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

Causas Possíveis

	31/03/2016	31/12/2015
Trabalhistas	53.565	51.185
Cíveis	782.600	820.779
Fiscais	443.199	408.148
Juizados especiais	7.478	7.944
	1.286.842	1.288.056

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

- No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda; (vi) imposto em determinadas operações; e (vii) energia adquirida para consumo próprio e diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. O montante envolvido totaliza R\$ 366.482 em 31 de março de 2016 (R\$ 333.750 em 2015).
- No âmbito municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com o Município de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 36.605 e R\$ 3.474 em 31 de março de 2016 (R\$ 35.685 e R\$ 3.370 em 2015).
- No âmbito cível, refere-se a responsabilidade solidária com prestadores de serviços e danos materiais e morais.

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31/03/2016	31/12/2015
Trabalhistas	16.503	16.670
Cíveis	22.894	21.763
Fiscais	3.484	3.411
Total	42.881	41.844

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará****22. Patrimônio líquido****a) Capital social**

O capital social está composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	Ações ordinárias (em unidade)		Ações preferenciais (em unidade)						Total (em unidades)	
	Total (I)		Classe A		Classe B		Total (II)		(I) + (II)	
Enel Brasil S.A.	44.061.433	91,66%	1.770.000	6,26%	-	0,00%	1.770.000	5,94%	45.831.433	58,87%
Energis	3.002.812	6,25%	8.818.006	31,21%	424	0,03%	8.818.430	29,60%	11.821.242	15,18%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Fundos e Clubes de Investimento	6.619	0,01%	7.805.309	27,63%	-	0,00%	7.805.309	26,20%	7.811.928	10,03%
Fundo de Pensão	919.403	1,91%	1.936.457	6,85%	-	0,00%	1.936.457	6,50%	2.855.860	3,67%
Outros	77.670	0,16%	3.955.172	14,00%	3.097	0,20%	3.958.269	13,29%	4.035.939	5,18%
Total de Ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 29, alínea d, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

A Companhia excedeu o limite de reservas de lucro estabelecidos no Art. 199 da Lei 6.404/76 e encaminhou o assunto para a Assembléia Geral Extraordinária realizada dia 27/04/16. A Assembléia deliberou sobre a capitalização parcial da Reserva de Capital de Giro no valor de R\$ 112.000.000, de acordo com o estatuto social e Art. 199 da Lei 6.404/76.

d) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na lei 12.973/2014.

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, sendo ao final de cada período transferido para a reserva de lucro - devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

e) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através de incorporação, vide Nota 11.

f) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

23. Lucro por ação

	<u>31/03/2016</u>
Numerador	
Lucro líquido de exercício atribuído aos acionistas da Companhia	
Lucro disponível aos acionistas ordinários	50.481
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	29.671
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	1.611
	<u>81.763</u>
 Denominador (em milhares de ações)	
Número de ações ordinárias	48.068
Número de ações preferenciais - Classe A	28.253
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534
	<u>77.855</u>
 Percentual por ação	
Ações ordinárias	61,74%
Ações preferenciais - Classe A	36,29%
Ações preferenciais - Classe B	1,97%
 Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	
Ação ordinária	1,05020
Ação preferencial - Classe A	1,15521
Ação preferencial - Classe B	1,11321

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no exercício.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.067.937 ações ordinárias e 28.252.700 ações preferenciais classe A e 1.534.662 ações preferenciais classe B, totalizando 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e noventa e nove) ações.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

24. Receita líquida

	31/03/2016	31/03/2015
Fornecimento faturado	1.241.700	981.921
Fornecimento não faturado	(5.422)	22.747
Consumidores	1.236.278	1.004.668
Valores a Receber de Parcela A e outros itens financeiros	(72.942)	250.363
Subvenção baixa renda	44.774	52.022
Subvenção CDE - desconto tarifário	52.728	59.803
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	25.122	19.018
Receita de construção	91.275	38.888
Outras receitas	26.225	15.757
Receita operacional bruta	1.403.460	1.440.519
(-) Deduções da receita		
ICMS	(315.839)	(250.084)
COFINS	(99.047)	(61.377)
PIS	(21.504)	(13.559)
P&D	(11.738)	(8.791)
Encargo setorial CDE	(91.731)	(15.779)
Taxa de fiscalização	(1.222)	(1.105)
Outros impostos e contribuições sobre a receita	(100)	(23)
Total de deduções de receita	(541.181)	(350.718)
Total	862.279	1.089.801

O saldo em fornecimento não faturado está melhor comentado na Nota 4 "c".

25. Custos e despesas operacionais

Descrição	31/03/2016					31/03/2015				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(29.178)	-	(10.979)	-	(40.157)	(35.661)	-	(9.989)	-	(45.650)
Material	(3.672)	-	(220)	-	(3.892)	(11.543)	-	(49)	-	(11.592)
Serviços de terceiros	(52.503)	(294)	(8.681)	-	(61.478)	(41.446)	(1.343)	(11.703)	-	(54.492)
Energia elétrica comprada para revenda	(402.045)	-	-	-	(402.045)	(643.378)	-	-	-	(643.378)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(67.453)	-	-	-	(67.453)	(45.275)	-	-	-	(45.275)
Depreciação e amortização	(35.585)	-	(2.692)	-	(38.277)	(35.987)	-	(2.344)	-	(38.331)
Custo na desativação de bens	(3.203)	-	-	-	(3.203)	(4.550)	-	-	-	(4.550)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(16.423)	-	-	(16.423)	-	(6.543)	-	-	(6.543)
Custo de construção	(91.275)	-	-	-	(91.275)	(38.888)	-	-	-	(38.888)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	1.213	-	1.213	-	-	(5.402)	-	(5.402)
Indenizações DIC / FIC	(3.737)	-	-	-	(3.737)	(1.792)	-	-	-	(1.792)
Outras despesas operacionais	(4.496)	-	(3.171)	(844)	(8.511)	(4.117)	-	(2.903)	(607)	(7.627)
Total	(693.147)	(16.717)	(24.530)	(844)	(735.238)	(862.637)	(7.886)	(32.390)	(607)	(903.520)

26. Resultado financeiro

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

	31/03/2016	31/03/2015
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	5.225	5.251
Acréscimos moratórios em conta de energia	6.963	3.744
Receita de ativo indenizável	25.061	15.147
Variação monetária Parcela A e outros itens financeiros	1.307	11.426
Outras receitas financeiras	4.684	569
Total das receitas financeiras	43.240	36.137
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(11.414)	(14.357)
Encargos de dívidas	(32.080)	(29.334)
Encargos fundo de pensão	(2.709)	(2.430)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(12.951)	(9.228)
Atualizações de impostos	(1.045)	(895)
Custo de transação	-	(94)
Atualização P&D/PEE	(344)	(182)
IOF/IOC	(142)	(910)
Multas	(1.012)	(1.330)
Outras despesas financeiras	(5.304)	(2.771)
Total das despesas financeiras	(67.001)	(61.531)
Resultado financeiro	(23.761)	(25.394)

27. Imposto de renda e contribuição social

	31/03/2016		31/03/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	103.280	103.280	160.886	160.886
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	(25.814)	(9.295)	(40.216)	(14.480)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Depreciação	-	-	(1.138)	(410)
Incentivos fiscais	14.014	-	26.232	-
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(221)	(201)	(819)	(190)
IFRIC 12 e perdas indedutíveis	-	-	1.392	290
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(12.021)	(9.496)	(14.549)	(14.790)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.152)	(7.761)	(13.289)	(14.355)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.869)	(1.735)	(1.260)	(435)
Total	(12.021)	(9.496)	(14.549)	(14.790)

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015
IR e CS sobre diferenças temporárias	114.265	114.102	163	1.940
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49.994	44.410	5.584	1.089
Provisão para ações judiciais e regulatórias	62.575	66.478	(3.903)	(533)
Provisão para obsolescência de estoque	1.120	1.120	-	3
Outras	576	2.094	(1.518)	1.381
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(57.776)	(51.009)	(6.767)	(3.635)
Ativo indenizável (concessão)	(61.488)	(52.967)	(8.521)	(3.654)
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	-	(1.754)	1.754	19
Diferido perdas de bens	3.712	3.712	-	-
Subtotal - impacto no resultado do exercício	56.489	63.093	(6.604)	(1.695)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	48.551	48.145	406	(146)
Plano de pensão	49.021	49.021	-	-
Swap passivo	(470)	(876)	406	(146)
Total	105.040	111.238	(6.198)	(1.841)

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

28. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará, dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios. A companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação.

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a COELCE justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de março de 2016						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.889	7.166	31.073	99.808	25.128	167.064
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	3.125	28.090	205.567	572.062	20.029	828.873
Debêntures	3.791	-	219.819	301.789	-	525.399
	<u>10.805</u>	<u>35.256</u>	<u>456.459</u>	<u>973.659</u>	<u>45.157</u>	<u>1.521.336</u>
31 de dezembro de 2015						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	4.682	7.249	32.097	107.946	28.519	180.493
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	54.187	17.601	166.562	660.000	26.765	925.115
Debêntures	-	-	220.286	295.106	-	515.392
	<u>58.869</u>	<u>24.850</u>	<u>418.945</u>	<u>1.063.052</u>	<u>55.284</u>	<u>1.621.000</u>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de hedge que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de março de 2016			
"Swaps" de juros 08/11/12	1.414	1.425	2.839
	<u>1.414</u>	<u>1.425</u>	<u>2.839</u>
31 de dezembro de 2015			
"Swaps" de juros 08/11/12	3.167	-	3.167
	<u>3.167</u>	<u>-</u>	<u>3.167</u>

Em 31 de março de 2016 a Companhia dispõe de limites de conta garantida no valor de R\$ 50.000 e conta comprometida no valor de R\$ 190.000, totalizando linhas de crédito de R\$ 240.000.

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 17 e 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 5 e 6, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 22).

O índice de endividamento em 31 de março de 2016 é de 33% (37% em 2015), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

Em relação aos empréstimos indexados a taxas variáveis, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Baseada nessa análise, em 2012, a Companhia realizou contratação de derivativos para mitigar este risco, trocando o risco de taxa de juros variável (CDI) para taxa de juros pré-fixada.

Em 31 de março de 2016, a Companhia possuía 78% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 11% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com o BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 4,04% das dívidas variáveis (5,97% do total) tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap.

Em 31 de março de 2016, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de swap no montante de R\$ 2.664 (R\$ 3.156 em 2015), e possui reconhecido o saldo das perdas com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 1.194 (R\$ - 429 em 31 de março de 2015).

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos - financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

			31/03/2016		31/12/2015	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	168.969	168.969	57.230	57.230
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	29.593	29.593	7.262	7.262
Cauções e depósitos	Empréstimos e recebíveis	2	52.254	52.254	50.463	50.463
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	752.673	752.673	754.774	754.774
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	Empréstimos e recebíveis	2	148.877	148.877	303.671	303.671
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Empréstimos e recebíveis	2	2.664	2.664	3.156	3.156
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	919.226	919.226	889.932	889.932
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	773.336	765.807	833.498	829.905
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	473.107	469.250	452.890	452.954
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	10.076	9.374	10.940	9.406
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	356.562	356.562	517.920	517.920

As aplicações financeiras registradas no período (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará****Instrumento financeiro derivativo**

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de março de 2016 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença
Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A.	1.283	2.664	1.381

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de março de 2016 havia 1 (um) contrato de swap de CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado.

Em 31 de março de 2016, a Companhia detinha operações de swap conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
					Moeda local	
Contratos de swaps					31/03/2016	31/12/2015
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	08/11/2012	17/10/2016	CDI + 0,97%aa 9,43%	-BRL 2.664	-BRL 3.156

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos "Investment Grade" com "expertise" necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F.

Indexador do contrato	31/03/2016	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
IPCA	58.559	65.934	7.375	70.929	12.370
CDI	61.528	75.825	14.297	89.737	28.209
SELIC	2.864	3.338	474	3.805	941
TJLP	14.086	16.400	2.314	18.626	4.540
FIXO	12.323	12.323	-	12.323	-
Dólares norte-americano	845	3.168	2.323	5.040	4.195
Total	150.205	176.988	26.783	200.460	50.255

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**

Contrato	31/03/2016	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Debêntures 1ª série - 3ª emissão	3.944	4.798	854	5.629	1.685
Swap Ponta Ativa	(3.944)	(4.798)	(854)	(5.629)	(1.685)
Swap Ponta Passiva	2.356	2.356	-	2.356	-
Total	2.356	2.356	-	2.356	-

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo swap é compensada inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. Ao mesmo tempo em que os encargos dessa dívida são substituídos pelos juros fixos da ponta passiva, evitando que oscilações do mercado afetem as despesas financeiras da Companhia.

29. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 1.798.009 em 2016, R\$ 2.546.338 em 2017, R\$ 2.749.972 em 2018 e R\$ 71.255.927 após 2018.

30. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

O montante dessa participação de janeiro a março de 2016 foi de R\$ 3.004 (R\$ 2.981 em 31 de março de 2015).

31. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia
	De	Até		sinistro
Risco operacional	01/11/2015	31/10/2016	R\$ 968.230	R\$ 192.195
Responsabilidade civil	01/11/2015	31/10/2016	N/A	R\$ 768.780

32. Eventos subsequentes**a) Bandeiras tarifárias**

A bandeira para o mês de março de 2016 foi amarela, com custo de R\$ 1,50 a cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos. Mesmo com a melhoria nas condições de geração, o sinal para o consumo ainda é de alerta e os consumidores devem fazer uso eficiente de energia elétrica e combater os desperdícios. Para abril de 2016, a bandeira passará de amarela para verde – sem custo aos consumidores.

A evolução positiva do período úmido de 2016, que recompõe os reservatórios das hidrelétricas, aliada a aumento de energia disponível, redução de demanda e adição de novas

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará**

usinas ao sistema elétrico brasileiro, possibilitou a mudança das bandeiras tarifárias nos últimos meses – atestando que o sistema, criado pela ANEEL, sinaliza com precisão o custo real da energia gerada, possibilitando aos consumidores o uso consciente da energia elétrica.

b) Reajuste tarifário

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) definiu em 19/04/2016 o reajuste tarifário da Coelce. O novo índice, que passa a valer a partir do próximo dia 22 de abril, será, em média, de 12,97% para todos os clientes. O valor percebido para o consumidor de baixa tensão foi de 13,6. O reajuste desse ano também está sendo influenciado pelo ajuste da revisão tarifária provisória publicada em 2015.

c) Capitalização parcial da reserva de capital de giro

Em 27/04/2016 a Companhia deliberou a capitalização parcial do saldo da reserva no valor de R\$ 112.000 gerando assim o aumento do capital social. A partir desta deliberação o capital social é de R\$ 554.947, constituído por 77.855.299 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.067.937 ações ordinárias e 29.787.362 ações preferenciais, estas divididas em duas classes: 28.252.700 ações preferenciais “Classe A” e 1.534.622 ações preferenciais “Classe B”.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Companhia Energética do Ceará- COELCE ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016 preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e período de três meses findo em 31 de março de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 01 de fevereiro de 2016 e 27 de abril de 2015, respectivamente, que não conteve nenhuma modificação.

Fortaleza, 04 de maio de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1 – S - CE

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1SP 120458/O-6 – S - CE